

Exmo Sr.

Antônio Gilberto Fillipo Fernandes Junior

DD, Prefeito Municipal de Guaratinguetá

Eu, _____

Estado civil _____ CPF _____ RG _____

Residência: à _____ nº _____

Bairro _____, nesta cidade de Guaratinguetá.SP, CEP: _____

Telefone _____ E-mail _____

Venho, mui respeitosamente, **REQUERER a V. Exa. ISENÇÃO do IPTU** – Imposto Predial e Territorial Urbano, com fundamento na Lei Complementar nº 22, de 07 de dezembro de 2005 ou Lei Complementar nº 28, de 10 de setembro de 2009, de acordo com a opção abaixo selecionada:

() **Isenção de 100% - aposentado ou pensionista;** com proventos ou pensões integrais que não ultrapassam 02 (dois) salários mínimos mensais, residente no imóvel do tributo, cuja área edificada não ultrapassa 150,00 m2, não possui nenhum outro imóvel neste Município, quer terreno ou área rural.

() **Isenção de 100% - trabalhador remunerado;** com rendimentos que não ultrapassam 02 (dois) salários mínimos mensais, residente no imóvel do tributo, cuja área edificada não ultrapassa 70,00 m2 com padrão de construção rústico, econômico ou modesto, não possui nenhum outro imóvel neste Município, quer terreno ou área rural.

() **Isenção de 50% - sem comprovação de renda;** residente no imóvel do tributo, cuja área edificada não ultrapassa 70,00 m2 com padrão de construção rústico, econômico ou modesto, não possui nenhum outro imóvel neste Município, quer terreno ou área rural.

Declaro estar ciente de que a documentação apresentada é de minha responsabilidade e passará por análise quanto à concessão do benefício e que estas informações por mim prestadas são verdadeiras, sob as penas da Lei, e sujeitas à posterior constatação.

Guaratinguetá, _____ de _____ de _____

Assinatura do Requerente

Art. 299 do Código Penal: Omitir documento público ou particular, declaração que dele devia constar ou nele inserir fala ou adversa da que devia ser escrita, como de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante:

PENA: Reclusão de 1 (um) ano a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) meses e multa, se o documento é particular.